



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

MULHERES CUIDADORAS: POR UMA TEORIA ÉTICO-POLÍTICA DO CUIDADO

Steffane Cavalcanti Rodrigues

*Instituto de Saúde Coletiva
Universidade Federal da Bahia
steffanejr@gmail.com*

Existe uma alocação desigual em torno das tarefas do cuidado que não é aleatória e obedece a uma estrutura desigual de sociedade que funciona através hierarquias de sexo, raça/cor e classe social. Neste sentido, as teorias ético-políticas feministas se diferenciam por dar atenção às relações de poder presentes nos trabalhos de cuidado das vidas cotidianas das mulheres, ampliando-as em suas dimensões ética, políticas, sociais e econômicas. Do mesmo modo, uma análise feminista do Cuidado volta-se à Divisão Sexual do Trabalho (DST) e à Divisão Racial do Trabalho (DRT) para pensar a reprodução destas desigualdades e assimetrias sociais. Para isso, partimos da crítica à dualidade público e privado e da individualização de questões políticas e sociais, pensando as questões do cuidado como pertinentes e urgentes à democracia. Neste trabalho serão apresentados dados preliminares da pesquisa de mestrado intitulada “Mulheres cuidadoras: percepções e práticas de cuidado na vida das Agentes Comunitárias de Saúde”, que tem como objetivo compreender as práticas de cuidado presentes nos cotidianos de vida e trabalho das Agentes Comunitárias de Saúde de uma zona rural na Bahia, atentando para as categorias de gênero, classe e raça/cor. Com este estudo esperamos contribuir para o fortalecimento da socialização do cuidado através de políticas públicas que ajam de acordo com aspectos normativos de uma Teoria Ético-Política Feminista do Cuidado - visando contribuir na alteração do sistema de gênero, equilibrando as práticas e responsabilidades de cuidado entre as atrizes e atores sociais.

Palavras-chave: cuidado, ética, política, divisão sexual do trabalho



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Introdução

O campo de estudos sobre o cuidado é bastante diverso dado a complexidade do fenômeno, o que requer uma visão ampla da organização social do cuidado em dimensões distintas da esfera humana. Há convergências e divergências nas linhas de pesquisas relacionadas ao cuidado, assim como na compreensão de sua natureza e significado.

A respeito da diversidade teórica, dentro dos estudos feministas, muitas autoras tratam das atividades do cuidado como socialmente veiculadas ao feminino, no sentido de resgate do papel central das mulheres nos trabalhos do cuidado. Nos Estados Unidos a dimensão central dos estudos têm-se voltado a uma perspectiva global, na mercantilização do cuidado e nas práticas migratórias das mulheres. Na França, onde parte significativa das pesquisas neste campo vem sendo elaboradas, há uma preocupação com a questão das políticas públicas, da divisão sexual do trabalho, no trabalho doméstico e na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo (GEORGES E SANTOS, 2012).

Contribuições importantes foram feitas a partir dos estudos filosóficos e sociológicos, para o entendimento da ética e da política do cuidado, partindo da ideia base de que o cuidado é uma necessidade humana, de que todas(os) somos vulneráveis em algum momento da existência,

e portanto precisamos promover e receber cuidados ao longo da história de vida (TRONTO, 2013). Esta questão, apresenta-se para nós, “como um problema político prioritário” (BIROLI, 2018, p.54).

As diferentes necessidades de cuidado no decorrer da vida pressupõe diferentes vulnerabilidades e desigualdades sociais, o que torna a questão do cuidado uma questão ético-política que permite avaliar o caráter da democracia. As distintas realidades sociais de sexo, raça/cor e classe e suas consequências trazem posições de vantagens ou desvantagens em relação ao dar e receber cuidado, que obedecem a certos padrões e assimetrias políticas e de poder. Assim, a questão do cuidado é um problema da vida cotidiana e afetiva, das relações sociais de gênero e da raça/cor, da economia e da política - as desigualdades em torno do cuidado são um problema à democracia (BIROLI, 2018).

O distanciamento da percepção das desigualdades em torno do cuidado enquanto um problema pertinente à democracia se apresenta diante da não aceitação da interdependência que existe entre as questões cotidianas, institucionais, econômicas, políticas e democráticas. Como também das noções liberais e neoliberais sobre autonomia, dependência e responsabilidade, qualidades vistas de modos individualizados, e não sociais e coletivas. Dito de outro modo, dentre as



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

principais problemáticas do cuidado (e as que julgamos serem prioritárias) estão a reprodução de desigualdades e assimetrias sociais, que podem ser melhor compreendidas a partir da crítica à dualidade público e privado e da individualização de questões políticas e sociais, que interferem diretamente no exercício da democracia (BIROLI, 2018; ZIRBEL, 2016).

Neste sentido, as teorias ético-políticas feministas se diferenciam por dar atenção às hierarquias e relações de poder presentes nas vidas cotidianas e nas relações sociais, ampliando-as enquanto dimensões ética, políticas, sociais e econômicas. Utilizam-se de duas perspectivas fundamentais que coadunam com as abordagens mais críticas da democracia e que consideramos serem pertinentes para a abordagem dos problemas do cuidado: a crítica às formas cotidianas e invisibilizadas de dominação e opressão, e o distanciamento da política e da compreensão das questões sociais em relação às experiências concretas da vida das pessoas. Sobre essas questões iremos tratar na primeira parte do marco teórico deste estudo, intitulada “Ética do cuidado como uma teoria política feministas”.

Em termos práticos, podemos pensar o cuidado enquanto trabalho, que demanda tempo, dinheiro, recurso e possibilidades reais para sua realização. Ele ocorre e organiza-se em relações e ambientes institucionais e

econômicos específicos, diante de padrões de sociabilidade, responsabilização e de concentração de poder. O modo como o cuidado se apresenta na sociedade é resultado de decisões políticas que interferem diretamente no modo como este se apresenta na vida das pessoas (BIROLI, 2018; MIGUEL E BIROLI, 2014).

As práticas de cuidado podem demandar ou não uma interação face a face mais íntima e um vínculo afetivo, ser direcionadas a pessoas dependentes ou autônomas, porém, todas se voltam para a reprodução do bem-estar do indivíduo e de maneira mais geral, da sociedade (ENGEL E PEREIRA, 2015). Nas práticas de cuidado a preocupação com os outros demanda um lugar central.

Para entender a nível profundo com se organizam as dinâmicas do cuidado é necessária uma análise de conjuntura que apreenda as múltiplas questões envolvidas. O cuidado pode ser visto como um trabalho social, no qual diferentes atrizes e atores ocupam posições de poder, decisão ou execução distintas e por vezes conflituosas. Este realiza-se diante dos mais distintos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais, o que confere ao cuidado um sentido de relação social em que se apresentam desigualdades e vulnerabilidades de sexo, raça/cor e classe (BIROLI, 2018; ENGEL E PEREIRA, 2015; SORJ, 2014,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

2013; HIRATA E GUIMARAES, 2012; HIRATA E KERGOAT, 2007).

Gostaríamos de ressaltar que existe uma alocação desigual em torno das tarefas do cuidado que não é aleatória e obedece a uma estrutura desigual de sociedade em hierarquias de sexo, raça/cor e classe social. Entre as pessoas que cuidam há mais mulheres, mais negras e mais pobres, entre os que recebem cuidado mais intensivo (mais qualidade e tempo) estão os homens, brancos e mais ricos da população. As pessoas que estão na posição de cuidadora se tornam mais vulneráveis por estarem nessa posição, que é uma alocação responsabilizada e construída socialmente, de nenhum modo uma situação de escolha ou privilégio (BIROLI, 2018).

É visível, portanto, que há uma desvalorização social em torno dos trabalhos de cuidado, mesmo sendo estes, necessidades incontornáveis e inerentes à vida humana. Helena Hirata (2014) considera que esta desvalorização é uma extensão do trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, alegando que a causa da invisibilidade e a negação tem relação com quem realiza este trabalho. Angela Davis (2016) traz que a desvalorização do trabalho doméstico e da figura da “dona de casa” é um efeito conjunto das relações de sexo, raça e classe. Para Biroli (2018) é na convergência entre as convenções de gênero e a

mercantilização das relações que se produzem a precarização do trabalho doméstico e do cuidado. Molinier (2012) traz que as descrições e construções androcêntricas do mundo são responsáveis pelo não reconhecimento do cuidado enquanto questão ética e trabalho valorizados socialmente.

Um estudo que abarque sob uma perspectiva crítica a questão do cuidado deve pensar sobre as desigualdades e vulnerabilidades envolvidas nas relações de cuidado enquanto um problema ético e político. Há um trabalho essencial à vida humana que é desvalorizado e invisibilizado socialmente, que não é tratado como uma questão pertinente à democracia, que é desempenhado cotidianamente de forma gratuita (ou não) e que é responsabilizado às mulheres em todo o mundo, independente da cultura. Este trabalho deveria ser no mínimo reconhecido como fundamentalmente construtor do mundo e produtor de sentido quanto são outros tipos de trabalho.

Vivemos em uma sociedade desigual que responsabiliza apenas algumas pessoas, de acordo com o sexo, cor e classe, que assumam os sacrifícios que o cuidar dos(as) outros(as) implica. As desigualdades são intensificadas quando analisamos a questão do cuidado na vida das mulheres, das mulheres negras e das mulheres pobres. Se transportamos o nosso olhar às profissionais do cuidado, no campo da Saúde Coletiva e do SUS, encontramos nas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Agente Comunitárias de Saúde (ACS) um locus dessas vulnerabilidades.

As Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) são uma categoria profissional fruto de movimentos populares e das lutas para o retorno da democratização, presente no antigo Programa Agente Comunitárias de Saúde (PACS), integrada ao Programa de Saúde da Família (PSF) em 1994 e reconhecida por lei federal em 2002. Constituem a última parte na cadeia de produção de serviço de saúde, estabelecem relação entre o posto de saúde e a população, mobilizando cuidados básicos de saúde através de visitas domiciliares. Estão voltadas para a identificação de demandas, acompanhamento e orientação, com práticas de natureza técnica, política e emocional, com dois polos de atuação, são agentes institucionais e agentes da comunidade (SILVA, 2001).

Representam uma realidade de trabalho atípico, com sobrecarga de trabalho em vários âmbitos, trabalhando na rua, nos domicílios, sem horários de trabalho definidos, com perda de especificidades e estrutura para realizar a profissão, o que é associado à insalubridade das condições e relações de trabalho. Todas essas questões se entrelaçam, se relacionam e intensificam a produção de sofrimento psíquico e de demais vulnerabilidades na vida das ACS (ROSA, BONFANTI E

CARVALHO, 2012; TRINDADE E COLS, 2007).

Essas profissionais realizam um trabalho de natureza complexa, estão na fronteira entre o Estado e a população, entre o serviço de saúde e os domicílios, entre o público e o “privado”. Sendo personagens de dimensões políticas contraditórias e complementares, há duplamente um lugar de aproximação, personalização e particularização, e de distanciamento e publicização.

As ACS são profissionais que tornam públicas demandas importantes e situações de vulnerabilidade social que ocorrem no interior das vidas domésticas, criando condições para a politização do que é tido como privado. Podem ser vistas como precursoras de maior inclusão social, auxiliando no combate à pobreza e na autonomização da população, com ações direcionadas ao fortalecimento da democracia. Por outro, segundo as autoras Georges e Santos (2012), o trabalho invisível das ACS e o uso político de suas afetividades, capital social e integração comunitária pode ser considerado uma forma de pacificação social, de resolução ou apaziguamento de conflitos entre a população local e representantes do Estado – mediados por mulheres exploradas e vulnerabilizadas da própria comunidade. Configurando um quadro de naturalização da precarização das relações de trabalho e de emprego, mas também de condições de vida e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

de responsabilização da própria população pelo seu bem-estar econômico, social e físico, conforme as tendências neoliberais.

A quiçá de uma análise conclusiva a respeito do papel político das ACS, nos importa aqui analisá-las enquanto personagens com importante figuração na discussão ético-política feminista sobre o cuidado. A compreensão das trajetórias e cotidianos de vida e trabalho dessas mulheres nos permitem refletir sobre as noções de democracia, autonomia, dependência, responsabilidade, relações de poder e formas cotidianas e invisibilizadas de dominação, sobre desigualdades de gênero, raça e classe, sobre capitalismo e patriarcado.

Assim, este trabalho propõe-se a compreender as práticas de cuidado presentes na vida das Agentes Comunitárias de Saúde, explorando a dualidade público e privado, conhecendo as percepções que as ACS têm sobre suas práticas cotidianas de cuidado, analisando as formas de articulação entre as esferas públicas e privadas a partir das práticas de cuidado doméstico e comunitário realizadas por elas e explorar as dimensões de gênero, classe e raça/cor nas relações de cuidado. Entendemos que tais objetivos nos permitirão uma maior compreensão e análise da realidade do cuidado na vida das mulheres, assim como no reconhecimento das ACS como agentes de cuidado e de transformação social.

Este trabalho, portanto, mostra sua pertinência, ao promover um estudo dentro da Estratégia Saúde da Família (ESF), na Atenção Básica do SUS, no Campo da Saúde Coletiva, dando voz às ACS, na tentativa de compreender as práticas de cuidado presentes em seus cotidianos de vida e trabalho, com uma abordagem teórica ético-política feminista, que atenta para as categorias de gênero, classe e raça/cor. Com este estudo esperamos contribuir para o fortalecimento da socialização do cuidado através de políticas públicas que ajam de acordo com aspectos normativos de uma Teoria Política Feminista do Cuidado - visando contribuir na alteração do sistema de gênero, equilibrando as práticas e responsabilidades de cuidado entre as atrizes e atores sociais.

Metodologia

Este é um estudo com base teórica, epistemológica e metodológica feminista. Com a utilização da história de vida das mulheres como um importante recurso empírico e teórico. Este estudo se desenvolverá seguindo os moldes de uma pesquisa qualitativa com entrevistas narrativas. Neste modelo de pesquisa, a pesquisadora interessava-se em estudar as vidas das mulheres ACS e solicita que elas narrem a respeito de suas vidas cotidianas e de trabalho, sendo estas recontadas pela pesquisadora utilizando-se de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

uma análise temática das narrativas

(JOVCHELOVICH & BAUER, 2002).

A observação participante também foi selecionada como uma das técnicas de coletas de dados desse estudo, por possibilitar uma ampliação dos contextos, realidades e experiências vividas pelas mulheres participantes desta pesquisa. Os registros diários de observação serão realizados em Diários de Campo, que também serão analisados.

O estudo pretende realizar entrevistas narrativas com mulheres Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) de perfis etários diversos, cada uma passando por duas entrevistas a serem realizadas com o espaçamento médio de três meses entre a primeira e segunda. As entrevistas serão gravadas e realizadas na Unidade de Saúde da Família, locus desta pesquisa.

Para garantir heterogeneidade na amostra de participantes será feita escolha não aleatória das ACS com distintas experiências como idade, situação matrimonial e maternidade. Serão convidadas à fazer parte do corpus desta pesquisa as ACS vinculadas a Unidade de Saúde da Família de Caeté-Açú, situada no município de Palmeiras, no estado da Bahia.

Resultados

A pesquisa está em andamento, estamos finalizando o primeiro mês de campo, tendo

sido realizadas três entrevistas narrativas com duas participantes. Nessas entrevistas, já foram observadas questões pertinentes às discussões teórica, as quais estão em fase inicial de análise e que apresentaremos a seguir.

Discussões

A ética do cuidado como uma teoria política feminista

É possível perceber na ética e na política a manutenção de um sistema desigual no que se refere a dominação e subordinação entre os sexos. A construção deste tipo de conhecimento constrói e reforça o sistema de gênero, que foi mantido pelo afastamento das mulheres da produção de conhecimento, possibilitando idealizações misóginas da realidade social – a começar pelo modo como são compreendidas as relações familiares e domésticas, tomadas enquanto questões privadas e não políticas.

As teorias políticas feministas vêm amadurecendo, desde suas origens, na crítica a despolitização das relações no âmbito privado e questionando a dualidade público x privado (PATEMAN, 2013). Através do dito “O pessoal é político!”, muitas mulheres nos movimentos sociais e na construção de conhecimento vêm criticando as relações de poder e autoridade existentes no âmbito familiar, a violência e exploração que fazem



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

parte dos seus (nossos) cotidianos de vida. A crítica à opressão às mulheres no âmbito doméstico está no cerne das teorias ético-políticas feministas do cuidado.

Por séculos a vida doméstica familiar foi (e é, ainda hoje, na realidade de muitas) vista com a única vida possível às mulheres. A realidade do exercício familiar não é espontânea, mas sim um processo social, que pode ser abordado de diversas formas e que no debate feminista tem sido discutido em termos das injustiças que estão presentes nos cotidianos domésticos (BIROLI, 2018). A família, ao ser questionada enquanto um espaço natural, pode ser entendida enquanto um lugar de trabalho (HIRATA E KERGOAT, 2007), como instituição, norma, valor e prática.

Compreendemos, portanto, que na esfera familiar podem ser elencadas três núcleos centrais de (re)produção de injustiças, relações de poder e vulnerabilidades: o casamento heteronormativo, a maternidade e o trabalho doméstico – dito de outra forma, a responsabilização pelos cuidados com o homem, as crianças e a casa.

Apesar das transformações que são observadas no exercício do trabalho exterior ao âmbito doméstico, as mulheres continuam a serem responsabilizadas e a dedicar mais tempos que os homens no trabalho doméstico não remunerado, além de terem menor rendimento que eles no âmbito público (BIROLI, 2018). A

gratuidade do trabalho doméstico pode ser vista como o cerne do patriarcado e do sistema de gênero.

Chegamos então, a questão da responsabilização diferenciada enquanto um problema político. Há uma alocação de responsabilidades pelo trabalho de cuidado que é institucionalizado nas relações cotidianas domésticas e familiares. O trabalho que as mulheres realizam na vida doméstica e familiar não são escolhas voluntárias, somos orientadas a assumir responsabilidades e tarefas no cotidiano doméstico desde a infância, essa responsabilização repercute em muitas esferas da vida e não existem impedimentos legais, estruturais e conjunturais para que isso não aconteça (BIROLI, 2018; SORJ, 2013).

Flávia Biroli (2018, 2013) defende que as ideias de responsabilidade, autonomia, independência, mérito, liberdade, cidadania e democracia quando ancoradas nas dualidade público e privado não consideram as hierarquias, autoridades e relações de poder presentes no âmbito doméstico. Estas noções se ancoram na exploração do trabalho de outras pessoas e na mobilização de normas e recursos públicos a este favor, operando no sentido de justificar desigualdades e concentrações de poder, reforçando privilégios e servindo na manutenção de um sistema social, econômico e político sexista, racista e de classe.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

“As abordagens do cuidado,

entretanto, não se restringem a uma crítica à alocação desigual das responsabilidades e do poder e às desvantagens de estar na posição de quem cuida em sociedades nas quais os vínculos são desvalorizados e predomina a lógica econômica concorrencial. Elas se voltam também para a dimensão ético-política das relações de cuidado e para seu potencial impacto na esfera pública e na democracia. Por isso, o debate sobre a ‘ética do cuidado’ se estabelece a partir do questionamento (...) do que o universo das relações cotidianas e do cuidado corresponderiam (...)” (BIROLI, 2018, p. 73).

Neste sentido, assumimos a Ética do Cuidado enquanto uma Teoria Política Feminista por ser capaz de atingir o sistema de gênero em seu núcleo central: o mundo doméstico-familiar e a dualidade público e privado. Zirbel (2016) demonstra em sua tese que a Ética do Cuidado atingiu o potencial de uma Teoria Política Feminista, com condições de atingir diversos pontos que sustentam o sistema de gênero e sua base de reprodução e manutenção, o que ela nomeia como o “espaço de organização das relações e atividades reprodutivas, domésticas e familiares” (p.17), em suas palavras:

“A capacidade de reflexão da Teoria Política do Cuidado sobre o espaço doméstico-familiar e sua relação com os demais setores da sociedade, bem como sua capacidade de intervenção nesse espaço, confere a esta teoria a qualidade de uma teoria feminista (interessada na superação das desigualdades e hierarquias estabelecidas entre homens e mulheres), além de uma teoria política

abrangente, capaz de atingir setores político-sociais de difícil alcance, como o da família” (ZIRBEL, 2016, p.18).

A conexão da Ética do Cuidado com o feminismo trouxe a discussão sobre o cuidado para o campo político ao trazer reflexões sobre as responsabilidades do cuidado e as consequências destas às mulheres, em suas distintas facetas de vulnerabilidade; como também denunciou estruturais sociais injustas entre os mundos privados e públicos. Neste sentido, uma Teoria Ético-Política Feminista do Cuidado não faz distinções entre as questões éticas e políticas por estar pautada na premissa de que o pessoal é político, logo, que as experiências éticas individuais de cada ser devem formar os princípios que guiam o político e o social. Assim, o cuidado é entendido como um valor político tanto quanto ético, que adquire complexos sentidos quando analisados na vida de uma mulher (ZIRBEL, 2016; COLLINS, 2015).

Divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho é o cerne do patriarcado, um locus importante do sistema de gênero, permeia as relações sociais e fundamenta a organização da sociedade. Partimos de dois pressupostos para discutirmos teoricamente a divisão sexual do trabalho enquanto problema teórico e empírico: a) a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

divisão sexual do trabalho é a base que sustenta as hierarquias entre os gêneros e traz restrições, desvantagens e agrava vulnerabilidades na trajetória de vida das mulheres; b) as hierarquias de gênero impactam a todas as mulheres, mas assumem distintas formas e consequências segundo a posição de raça/cor e classe (BIROLI, 2018, ZIRBEL, 2016; SORJ, 2014, 2013; HIRATA E KERGOAT, 2007).

Na literatura podemos encontrar modos distintos de se analisar a divisão sexual do trabalho. Alguns estudos preocupam-se com a distribuição diferencial de mulheres e homens no mercado de trabalho, nas posições ocupadas pelos sexos em distintas profissões, na construção de indicadores confiáveis e na constatação das desigualdades existentes no mundo do trabalho. Acreditamos que falar em termos de acúmulos e constatações de desigualdades são extremamente importantes, mas para pensar profundamente a divisão sexual do trabalho é necessário ir além.

Encontramos então o segundo modo de análise e o que mais nos importa neste texto: estudos que mostram como essas desigualdades são sistemáticas e estruturantes na sociedade, que articulam as descrições com reflexões a respeito de hierarquias de atividades entre os sexos – serviços na criação e sustentação do sistema de gênero. Nos interessa entender de onde nascem essas desigualdades e a estrutura

do sistema - patriarcal, capitalista e racista - que as origina.

Partimos então para a definição do conceito de divisão sexual do trabalho e dos princípios que lhe sustentam para chegar as suas diversas e novas faces de manifestação. Segundo Hirata e Kergoat (2007):

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.).” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.599)

Assim, a divisão sexual do trabalho pode ser pensada em sua íntima relação com os trabalhos do cuidado uma vez que os padrões de funcionamento das relações de trabalho entre os sexos favorece a uma certa (des)regulação do trabalho e das relações de cuidado. Há uma desvalorização (simbólica e material) das ocupações de cuidado que é determinante na precarização do trabalho de quem cuida - cuidar exige tempo e energia retirados de outros tipos de trabalho, assim como do descanso e lazer. As trajetórias de vida de quem cuida (em geral, as mulheres) são afetadas por estarem nesta posição, além das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

condições diversas advindas da posição de classe e do racismo estrutural.

Divisão racial do trabalho doméstico e de cuidado

Quando inserimos a variável raça/cor percebemos um aprofundamento das desigualdades e vulnerabilidades em relação ao trabalho doméstico e de cuidado. Lélia Gonzáles (1983) e Bell Hooks (1995) nos auxiliam a pensar nas distintas elaborações simbólicas que são feitas a respeito de mulheres brancas e negras em relação as funções domésticas e de cuidado, assim como nas vinculações feitas entre feminilidade negra e trabalho doméstico.

A categoria raça/cor apresenta-se como princípio regulador dos trabalhos de cuidado pois as mulheres negras são as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e as que mais ocupam os postos de trabalho doméstico e de cuidado (SORJ E FONTES, 2012). Em 2009, as mulheres negras representavam 61% da mão-de-obra feminina ocupada em trabalho doméstico e os censos desde 1872 mostram a permanência destas mulheres nestas ocupações (ENGEL E PEREIRA, 2015). Assim, é necessária uma perspectiva que considere a associação simbólica entre a categoria social “mulheres negras” e os trabalhos cotidianos do cuidado. Torna-se

imprescindível compreender como tais associações se construíram historicamente, pois não fazer significa adotar (mesmo que não consciente) argumentos que consideram que a inserção desigual da população negra feminina aos trabalhos domésticos e de cuidado é uma problemática interna à (e da) população negra. É preciso considerar as dinâmicas simbólicas, políticas e econômicas que são coletivamente construídas e compartilhadas, e se configuram um problema à democracia e à equidade social (BIROLI, 2018; ENGEL E PEREIRA, 2015; BENTO, 1995; hooks, 1995; GONZÁLEZ, 1983).

Considerações Finais

É importante ressaltar que a exploração e discriminação racial não é apenas um resquício do passado, a categoria social da raça adquire no decorrer da história novas máscaras (KILOMBA, 2010) e significados, que estão entrelaçados com o funcionamento do capitalismo brasileiro e da estrutura de uma sociedade patriarcal. Existem, portanto, associações simbólicas, junto aos fatores econômicos, sociais e culturais, que seguem perpetuando relações de poder acerca dos trabalhos domésticos e de cuidado. O âmbito doméstico e familiar continua sendo locus da estruturação das desigualdades de gênero, a desigual distribuição e responsabilização as tarefas domésticas e de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

cuidado entre homens e mulheres é a base do sistema de gênero e da divisão sexual do trabalho. Percebemos, contudo, que há uma divisão hierárquica entre mulheres, com base nos marcadores de classe social e raça/cor, que não está dissociada dessa configuração, mas que a intensifica em um entrelaçar de vulnerabilidades.

É com base nessas premissas que procuraremos localizar, a partir de suas próprias histórias, os cotidianos de vida, trabalho e cuidado das Agentes Comunitárias de Saúde, personagens que intersectam vulnerabilidades de gênero, classe e raça/cor. Na realidade do interior da Bahia, as ACS são em sua maioria, mulheres negras e pobres, que enfrentam péssimas condições de trabalho, com alto grau de responsabilização e não reconhecimento, simbólico e material. Mulheres que realizam um trabalho atípico desde contratos de trabalho fragilizados, à necessidade de capital social na comunidade, à delicada posição de fronteira entre o serviço público e a população, às cargas de trabalho (físicas, químicas, orgânicas e mecânicas) com dificuldades de proteção, ao sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, até as jornadas com “flexibilidade”, que como já comentamos, apresentam suas armadilhas (GEORGES E SANTOS, 2012; NUNES E COLS, 2002; ROSA, BONFANTI E CARVALHO, 2012; TRINDADE E COLS,

2007; LIMA E MOURA, 2005). Trabalhadoras do cuidado que, por serem mulheres, estão alocadas no modelo de conciliação entre trabalho profissional e doméstico, participando como a parcela mais explorada da realidade da divisão sexual do trabalho

Referências

- BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Niterói/Valinhos, Eduff/Horizonte, 2013
- _____. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018
- COLLINS, Stephanie. The Core of Care Ethics. New York: Palgrave/MacMillan, 2015. Disponível em: <<https://philpapers.org/archive/COLTCO-33.pdf>>, Acesso: 21 de abril de 2018.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981]
- ENGEL, Cíntia. PEREIRA, Bruna. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. Revista Punto Género, N° 5, p 4-24. Nov/2015
- GEORGES, I; SANTOS, Y. G. O care e políticas públicas: o caso das agentes comunitárias de saúde e das agentes de proteção social. In Hirata, Helena e Guimarães,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Nadya Araújo (org.). Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho de care. São Paulo: Atlas, 2012

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo soc., São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, June, 2014

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Os paradigmas sociológicos à luz das categorias de sexo: qual renovação da epistemologia do trabalho?, In S. Baçal (org) Trabalho, educação, empregabilidade e gênero, Manaus, EDUA (Editora da Universidade Federal do Amazonas), p. 173-189, 2009

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho, em Cadernos de Pesquisa, Vol. 37, No. 132, p. 595-609, 2007

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (org.). Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho de care. São Paulo: Atlas, 2012

KILOMBA, Grada. A Máscara. In Plantation Memories: Episodes of everyday racism. Traduzido por Jéssica Oliveira de Jesus. Biblioteca da USP, 2010 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968> . Acesso em 22 de abril de 2018,

<http://www.bibliotecadocomum.org/items/show/90>.

MIGUEL, Luiz Felipe e BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014

MOLINIER, Pascale (2012): Ética e trabalho do care In Hirata e Guimarães (orgs.): Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho de care, p.29 - 43. São Paulo: Atlas, 2012

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL Luis Felipe e BIROLI, Flávia (Org.). Teoria Política Feminista. Textos centrais. Vinhedo/SP: Editora Horizonte, p. 55-80, 2013

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. Cad. Pesqui, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, Aug. 2013

_____. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. Tempo soc [online]. Vol.26, n.1, pp. 123-128, 2014

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como regime estratificado: implicações de gênero e classe social, em Hirata e Guimarães (orgs.): Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho de care, p.103-116. São Paulo: Atlas, 2012

TRONTO, Joan C. Moral Boundaries. A Political Argument for an Ethic of Care. New York: Routledge, 1993.

_____. Caring Democracy: Markets, Equality and Justice. New York: New York University Press, 2013



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

ZIRBEL, Ilze. Uma teoria político-feminista

do cuidado. Tese de Doutorado, 2016

Disponível em:

[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/12](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167820/339912.pdf?sequence=1)

[3456789/167820/339912.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167820/339912.pdf?sequence=1)

Acesso: 8 de Março de 2018